



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 680172 - SP (2021/0219338-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : DIEGO SOARES DE OLIVEIRA SCARPA  
**ADVOGADO** : DIEGO SOARES DE OLIVEIRA SCARPA - SP260727  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LEONARDO LIMA DE MORAES (PRESO)  
**CORRÉU** : DIOGO CAMARGO RIBEIRO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LEONARDO LIMA DE MORAES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (N. 1500391-39.2020.8.26.0628).

O paciente foi condenado às penas de 6 anos de reclusão, em regime inicial fechado e de 600 dias-multa, no valor mínimo legal, por infração ao disposto no artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

A impetrante sustenta que o regime inicial fechado atribuído ao réu pela decisão coatora é infundada e desproporcional, visto que informa ser primário e não pertencer a nenhuma facção criminosa.

Requer, liminarmente, seja expedido do alvará de soltura para que aguarde o julgamento do mérito do presente *writ* em liberdade. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que o acórdão seja reformado e pena readequada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em

hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente